



**Ética, Racionalidade e Dilemas Morais:  
o remate da convolutosa sistemática ametódica da Bioética**  
Ethics, Rationality and Moral Dilemmas:  
the shot of not methodical systematic embryonic of Bioethics

Luiz Augusto Lima de Ávila<sup>1</sup>  
Fábio de Oliveira Aquino<sup>2</sup>

### Resumo

A ética, a racionalidade e os dilemas morais como base fundamental para o remate da convolutosa sistemática ametódica da Bioética estão implicados com o paradoxo que, nominado de o "gato de Schrödinger", ou princípio da incerteza, decorre de um célebre experimento imaginário proposto pelo físico Erwin Schrödinger, em 1937, para ilustrar as diferenças entre interação e medida no campo da mecânica quântica. Assim como ocorre com a ética e com os dilemas morais, implicados com o argumento que coloca o adversário entre duas proposições opostas, contrárias ou contraditórias, o paradoxo ou princípio da incerteza diz respeito à dificuldade que temos em observar e medir o comportamento humano. A equação matemática implicada com o gato ser, simultaneamente, vivo e morto ou nem vivo e nem morto demonstra dois universos contrários, contraditórios e mutuamente excludentes. Ou seja, um só gato e um só corpo não podem existir, vivo e morto, nem vivo e nem morto, ao mesmo tempo e no mesmo espaço que o outro.

**Palavras-chaves:** Ética. Racionalidade. Dilemas morais. Bioética. O gato de Schrödinger. Interação. Medida.

### Abstract

The ethics, rationality and dilemmas Morais as a fundamental basis for the strike from ametódica Bioethics systematic convolutosa are involved with the paradox, named for the "Schrödinger's cat" or the uncertainty principle, it derives from a famous thought experiment proposed by the physicist Erwin Schrödinger in 1937, to illustrate the differences between measured and interaction in the field of quantum mechanics. As with the ethical and moral dilemmas involved with the argument that puts the opponent between two opposing propositions contrary or contradictory, the paradox or principle of uncertainty is the difficulty we have to observe and measure human behavior. The mathematical equation involved with the cat be both alive and dead or not alive and not dead demonstrates two universes opposites, contradictory and mutually exclusive. In other words, one cat and one body can not exist, alive and dead, not alive and not dead, at the same time and in the same space than the other.

**Keywords:** Ethics. Rationality. Moral dilemmas. Bioethics; Schrödinger's cat. Interaction. Measure.

---

Artigo recebido em 09 de agosto de 2015 e aprovado em 11 de novembro de 2015.

<sup>1</sup> Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2010). Professor Adjunto IV da Faculdade Mineira de Direito (FMD) e do Departamento de Ciências Humanas na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais desde 1998. E-mail: luizavila@pucminas.br

<sup>2</sup> Mestre em Saúde Coletiva – Gestão de Tecnologia e Inovação em Saúde - Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa em parceria com a Fundação Dom Cabral (2014); Pós-graduado em Bioética pela UNB – 2015; Pós-graduado em Gestão da Vigilância Sanitária pelo Instituto Sírio-Libanês de Ensino. E-mail: foaquino@uol.com.br

A ética, a racionalidade e os dilemas morais como objeto de estudo não são formalistas, legalistas ou essencialmente fundados em uma lógica binária que separa o lícito do ilícito, mas, sim, em razão dessa assertiva negativa, é o sobrestamento da conjunção COMO (quomodo) ou PORQUE ao substantivo PORQUÊ (a causa, a razão, o motivo), ou seja, a ética, a racionalidade e os dilemas morais são inteligidos em um espaço de discricionariedade dissociado do PORQUÊ, ou do dever de apresentar razões capazes de encontrar assentimento racional nos interlocutores ou demais membros da sociedade.

E nessa perspectiva indagamos: se as teorias se caracterizam por conter elementos cognoscitivos (descrição e explicação dos fenômenos próprios do objeto em questão) e elementos não cognoscitivos, ou seja, proposições ideológicas e consequências pragmáticas, então, a teoria, aberta e determinada sem maior rigor lógico, uma tentativa de relativizar a leitura e interpretação que concebe uma justificação em valores e assume significações em função de uma ordem concreta de valores, é desprovida de razão?

O discurso é o instrumento para a determinação do estado de coisas correspondente às experiências com o passado a partir da investigação narrativa da bioética. O discurso é, portanto, inseparável de determinada prática e, nesse sentido, uma combinação própria da razão, da justificação ou fundamentação em bioética. Nesse sentido, dado o pressuposto da separação absoluta entre sujeito e objeto, explicamos a ética, a racionalidade e os dilemas morais como base fundamental para o remate da convolutosa sistemática ametódica da Bioética, implicados com o paradoxo do "gato de Schrödinger" ou princípio da incerteza.

Defender a importância da universidade ou da escola na formação ética das novas gerações, na perspectiva da transversalidade, situando-a no contexto das diversas influências que a sociedade exerce sobre o desenvolvimento dos estudantes, no que concerne ao respeito mútuo, à justiça, à solidariedade, ao diálogo e, mais especificamente, à complexidade da avaliação e orientações didáticas gerais inscritas no projeto pedagógico dos cursos, seu desenvolvimento e implementação, não demarcam a complexidade etimológica do termo *ÉTICA*, pois, não é novidade a sobreposição do *Conjunto de regras de conduta* à *Parte da Filosofia que estuda os fundamentos da moral*.

A princípio, *ÉTICA* significa *Ciência da conduta*, cuja origem remonta à *ethos*, um termo grego que designa os hábitos adquiridos na comunidade em que se vive. O termo *morēs*, do latim, dá origem ao termo *moral* e tem o mesmo significado de *ethos* no que diz respeito ao *Conjunto de regras de conduta*. Nesse sentido, portanto, ética e moral são relativamente sinônimos. No entanto, como *Ciência da conduta* ou *Parte da Filosofia que*

*estuda os fundamentos da moral*, ética se define, como substantivo, com caráter epistemológico.

A Ética não se reduz a um sistema jurídico, a um corpo de leis, mas é uma práxis não escrita e vivida por uma comunidade. Mas, se essa práxis é deduzida e escrita na forma de uma lei, temos uma *tekné*, com um caráter epistemológico.

A convivência em sociedade com outros homens impõe, ao próprio homem, pensar sobre como deve agir perante outros homens. Se o problema é de fácil formulação, a solução ou as considerações hipotéticas são inversamente proporcionais, na medida em que nos deparamos com um grau de elevada complexidade. Ora, esta é a questão central da Moral e da Ética. Mas, nesse sentido, não devem ser confundidas.

Moral e ética, às vezes, são palavras empregadas como sinônimos: conjunto de princípios ou padrões de conduta. Mas, só o termo ética pode significar Filosofia da Moral; um pensamento reflexivo sobre os valores e as normas que regem as condutas humanas. Em outro sentido, ética pode referir-se a um conjunto de princípios e normas que um grupo estabelece para seu exercício profissional (por exemplo, os códigos de ética dos médicos, dos advogados, dos psicólogos etc.). Em outro sentido, ainda, pode se referir a uma distinção entre princípios que dão rumo ao pensar sem, de antemão, prescrever formas precisas de conduta ética ou moral. Se o termo *moral* tem, para muitos, adquirido sentido pejorativo, em razão de estar associado a *moralismo*, então, há, em razão disso, a preferência em associar à palavra ética, os valores e regras que prezam e, assim, demarcar a diferença com os *moralismos*.

Como o objetivo é o de propor atividades que levem o homem a pensar sobre sua conduta e a dos outros a partir de princípios, e não de receitas prontas, abordamos o tema sob o título *O caráter polissêmico do termo ÉTICA: ética, ethos, ethicae, morēs*. É se há sinonímia entre os termos ética e moral e se é empregada a clássica expressão *educação moral*, parte-se do pressuposto que é preciso ponderar critérios, valores e, mais ainda, relações e hierarquias entre esses valores para nortear as ações do homem. Trata-se de uma perspectiva epistemológica da imparcialidade na fundamentação do equitativo.

O art. 1º da Constituição Federal de 1988 traz, entre outros, como fundamento da República Federativa do Brasil, a dignidade da pessoa humana e o pluralismo político. Um marco segundo o qual todo ser humano, sem distinção, merece tratamento digno; — um termo que corresponde a um valor moral. A indagação de como agir perante os outros se depara com a assertiva de que sempre devemos agir de modo a respeitar a dignidade, sem

humilhações ou discriminações em relação a sexo ou etnia. O pluralismo político, embora se refira a um nível específico (a política), também pressupõe um valor moral, ou seja: os homens têm direito de ter suas opiniões, de expressá-las, de organizar-se em torno delas. Não se deve, portanto, obrigá-los a silenciar ou a esconder seus pontos de vista; vale dizer, são livres. No entanto, no art. 5º do mesmo instrumento legal, o repúdio ao racismo é um princípio constitucional que, coerente com o valor dignidade humana, justiça, igualdade e solidariedade, limita a referida liberdade à expressão. Mas esse caráter aparentemente contraditório só é possível em razão *da Filosofia que estuda os fundamentos da moral*.

Mas como explicar que, a partir dos valores apontados como necessários ao convívio humano, nega-se qualquer perspectiva de “relativismo moral”, entendido este como cada um ser livre para eleger todos os valores sujeitos ao querer, à volição, pois, de modo contrário cair-se-ia na anomia, entendida seja como ausência de regras, seja como total relativização delas...

No que diz respeito ao caráter abstrato de todo e qualquer valor abordado, observamos que a Ética, em um determinado sentido, como *Parte da Filosofia que estuda os fundamentos da moral*, se sobrepõe ao *Conjunto de regras de conduta*. E, se não há uma resposta predefinida, é preciso ter claro que não existem normas acabadas ou regras definitivamente consagradas. A ética é um eterno pensar, refletir, construir etc. Mas, se assim não fosse, como lidaríamos com o fato de que somos constantemente confrontados com situações/problemas em que temos que decidir sobre coisas que envolvem e interferem na nossa liberdade de escolha e na liberdade de outros?

A coexistência dos homens, por si só, implica a tomada de decisões que se alternam entre a necessidade de cumprir normas e a vontade de agir em razão de valores, ou princípios, que orientam a conduta que impomos a nós mesmos e aos outros. Mas, há situações em que deixamos despontar a incerteza, em que a dúvida é manifesta, sobre a decisão que devemos tomar por ser ela a mais correta. Neste caso, estamos diante de situações que envolvem dilemas ou questões de difícil resolução. Mais precisamente, estamos diante de situações em que nos são apresentadas alternativas concomitantemente a imposição para escolher a melhor entre elas, quando nenhuma parece suficientemente satisfatória.

Os dilemas estão presentes nas mais diversas atividades profissionais. Os profissionais de saúde, do direito, da educação etc. são constantemente provocados para inúmeras reflexões no campo da Bioética, dada toda sua extensibilidade. Estas situações,

ressalvada as discussões hipotéticas, são reais e advêm do fato de que ou quando duas abordagens são possíveis e, portanto, defensáveis tecnicamente. Nesse caso, deixamos despontar a incerteza, em que a dúvida é manifesta, quanto à adequação moral de cada escolha. Ademais, não nos furtamos à crítica, pois ela se faz necessária face à emergência para se identificar os falsos dilemas e os diferenciando dos dilemas e paradoxos. Ilustramos abaixo, entre paradoxos e dilemas, o que chamamos despontar da incerteza, da dúvida manifesta <sup>3</sup>:

- a. **Deixar morrer ou tomar de assalto.** Aliva Ziul, uma mulher moribunda, estava a morrer devido a um tipo raro de câncer. Uma nova droga, descoberta a partir de uma complexa fórmula, pensada e desenvolvida por um farmacêutico de uma cidade qualquer podia salvar-lhe a vida. A descoberta desse medicamento havia implicado um alto custo ao farmacêutico, que agora pedia dez vezes mais por uma pequena porção desse remédio. Amil Otsugua, o marido da mulher que estava a morrer, foi ter com as pessoas, suas conhecidas, para lhe emprestar o dinheiro e, assim, poder comprar o medicamento. No entanto, conseguiu juntar somente metade do dinheiro pedido pelo farmacêutico. Foi ter, então, com o farmacêutico para lhe contar que a mulher, esposa querida, estava a morrer e lhe pedir para que vendesse a ele o medicamento mais barato. Mas antes que o farmacêutico respondesse, pediu-lhe, em alternativa, para deixar levar o medicamento, pagando mais tarde o dinheiro que ainda faltava para completar o valor pedido. O farmacêutico respondeu que não, que tinha descoberto o medicamento e que queria ganhar dinheiro com a sua descoberta. O Amil Otsugua, que tinha feito tudo ao seu alcance para comprar o medicamento, ficou desesperado e acometido pelo pensamento de tomar de assalto a farmácia e lá conseguir o medicamento para a esposa. O marido de Aliva Ziul se deparava com um dilema: deixar a esposa morrer por falta do medicamento ou tomar de assalto a farmácia e lá o conseguir.
  
- b. **Misantropia: Pena de Morte e Capacidade.** Em um lugar qualquer, o magistrado de um tribunal de um Estado qualquer condenou à morte um réu considerado culpado pela morte (homicídio) de uma pessoa. A defesa alegou insistentemente, durante o julgamento, que o réu era incapaz. Desta forma, provada a alegação, a pena de morte não poderia ser aplicada, mas comutada para prisão perpétua. O magistrado, com base no laudo e no depoimento dos médicos peritos, julgou que o problema mental do paciente, supostamente esquizofrenia, era tratável, que o réu tinha momentos de lucidez e que, em razão disso, poderia ser considerado capaz. Assim, nomeou um psiquiatra vinculado ao Estado para tratar o condenado e informar quando o mesmo estivesse lúcido e, conseqüentemente, capaz. Quando estivesse neste estado de capacidade seria então executado. O psiquiatra que recebeu o paciente para tratamento se negou a fazê-lo, pois, ao tratar do paciente, o estaria encaminhando para a execução. A Associação Médica de um lugar qualquer

---

<sup>3</sup> Os paradoxos e dilemas aqui indicados são uma narrativa livre, uma paráfrase, a partir de outros paradoxos lógicos, matemáticos ou morais desde os gregos Parmênides e Zenão de Eleia.

se pronunciou a este respeito, julgando inadequada a atitude que implique tratar o paciente com aquela finalidade. E nesse sentido, reiterou a determinação de que os médicos não devem se envolver com qualquer procedimento associado à execução de um condenado à morte.

- c. **Os limites da vida: não alimentar ou não hidratar.** Uma mulher, aos vinte e seis anos de idade, sofre parada cardíaca em consequência de desordem alimentar grave (queda dos níveis de potássio causada, possivelmente, por bulimia), culminado em danos cerebrais irreversíveis e, segundo vários especialistas consultados, estado vegetativo persistente, que se mantém há, aproximadamente, quinze anos. Apesar de respirar sem ajuda de aparelhos, passa a depender de sondas alimentares e de hidratação inseridas no estômago (gastrostomia). Anos depois do ocorrido, o marido (e guardião legal) recorre à Justiça, com o pleito para que o equipamento seja desligado. O marido justifica o pedido, garantindo que, quando saudável, a esposa havia confidenciado o desejo de morrer, caso ficasse em situação semelhante. Os pais dela, no entanto, contestam a versão apresentada pelo marido, baseados no fato de que a filha não havia deixado nada por escrito a respeito do que desejaria. Os pais acreditam na recuperação parcial da filha. Dizem que a filha parece sorrir e querer comunicar-se. Mas, segundo alguns especialistas, os movimentos não passam de atos involuntários. Inicia-se, então, uma batalha judicial que se alongaria por mais de uma década, contando, inclusive, com a participação do governador de Estado e do presidente do país, que apresentaram um projeto de lei voltado à manutenção da vida de pessoas incapacitadas de responderem por si mesmas. Contou-se, ainda, com a manifestação do Papa e outros líderes religiosos, para quem a hidratação e a alimentação, ainda que artificiais, são direitos inalienáveis do ser humano.
- d. **Denunciar ou não denunciar: o paciente com transtorno psicótico.** Dois estudantes de uma Universidade qualquer, Aliva Ziul e Amil Otsugua, se conheceram e começaram a namorar casualmente. No entanto, Amil Otsugua acreditava que o relacionamento era sério, mais do que pensava Tatiana. Em razão disso ficou obcecado com a questão quando ela terminou o relacionamento. Amil Otsugua teve, como resultado de toda essa situação, um colapso emocional grave. Amil Otsugua consultou um psiquiatra no hospital de um lugar qualquer, que o diagnosticou como portador de um transtorno psicótico grave. Prescreveu medicamentos antipsicóticos e um psicólogo para aconselhamento. Mas, apesar do tratamento, Amil Otsugua persistiu na ilusão de que Aliva Ziul viria a amá-lo. Disse ao psicólogo que, para provar seu amor, compraria uma arma para simular uma situação de alto risco em que resgataria Aliva Ziul. O psicólogo retrucou dizendo que, provavelmente, teria que tomar uma ação enérgica para detê-lo. Amil Otsugua fica indignado. O psicólogo discutiu o assunto com colegas e relatou às autoridades policiais que Amil Otsugua estava ameaçando assassinar um estudante. Os policiais o encontraram, mas não o prenderam porque Amil Otsugua era considerado racional. Mas, o transtorno psicótico de Amil Otsugua atingiu o pico. Ele foi para a casa de Aliva Ziul, armado com a arma que comprara. Lá chegando, atira em Aliva Ziul, causando-lhe a morte. Em seguida, se rende, é condenado pelo assassinato de Aliva Ziul e é liberado depois de cumprir, por um bom comportamento, cinco anos de prisão. Os pais de Aliva Ziul processaram civilmente o psicólogo. No tribunal foi dito que, apesar do dever de

confidencialidade, um psicólogo tem o dever de advertir às autoridades policiais para evitar danos graves que possam ser causados por um paciente que tenha transtornos psicóticos. Profissionais de saúde mental firmaram a assertiva de que o que foi dito viola a relação profissional "especial" e mina a necessária confiança que os pacientes devem ter em um psicólogo. Ademais, além da dificuldade de em prever a violência, há o caso dos falsos positivos, no que diz respeito tanto ao paciente quanto às possíveis vítimas. Chegou-se, mesmo, a argumentar que os psicólogos têm deveres com potenciais vítimas, mas com a ressalva do "cuidado razoável". Ou seja, que, inicialmente, o psicólogo pode internar o paciente para prevenir danos a outras pessoas, mas, só comunicar às autoridades policiais quando a internação for frustrada.

- e. **A evolução da doença: infectados e não infectados tratados com placebo.** Em um lugar qualquer, houve uma epidemia de sífilis. Consequentemente, as autoridades criaram um programa especial de tratamento para a doença no Hospital de um lugar qualquer. A Secretaria de Saúde Pública de um lugar qualquer decidiu realizar um estudo sobre a evolução da sífilis. Ou seja, a pesquisa tem por objetivo avaliar o homem em relação ao curso natural da doença. Para atingir este objetivo, foram selecionados vinte homens negros infectados com sífilis e duzentos negros saudáveis, como um grupo de controle. O pressuposto é que todos estão infectados e que, em razão disso, receberão tratamento. Os pacientes não foram informados sobre a natureza de sua doença, somente que tinham sangue ruim. E esta é a única informação que foi passada para os pacientes. Mas a pesquisa consistia em tratar a todos com placebo. O principal objetivo da pesquisa foi o de comparar a saúde e longevidade dos infectados com sífilis no grupo de controle, para observar a evolução da doença. Todos os selecionados para o estudo receberam alguma vantagem material. Durante o estudo, verificou-se que as complicações foram mais frequentes em infectados e, dez anos mais tarde, verificou-se que a taxa de mortalidade foi duas vezes maior nos pacientes infectados com sífilis. Antes da descoberta da penicilina, no ano de 1942, a sífilis frequentemente levava ao desenvolvimento de doença multissistêmica crônica, dolorosa e fatal. A descoberta deste antibiótico possibilita o tratamento de várias infecções.
- f. **Evolução da doença: Vulneráveis inoculados com hepatite.** Em uma escola com alta incidência de hepatite, um grupo de crianças com retardo mental foi analisado. O objetivo do estudo foi determinar o curso natural da doença sem tratamento. Foi descoberto mais tarde que havia dois tipos diferentes de hepatite, hepatite A e hepatite B. Ao mesmo tempo, foi demonstrado que uma injeção infectada com gamaglobulinas (um tipo de imunoglobulina) residentes poderia desenvolver uma imunidade passiva, de modo que seria tomado como uma forma de tratamento. Este estudo foi aprovado pelo Departamento de Saúde de um Estado qualquer. A escola aceitava, preferencialmente, crianças deficientes mentais que eram portadoras de hepatite e outras, também deficientes mentais, que, por não terem o vírus da hepatite, pudessem ser inoculadas com o vírus por injeção infectada com gamaglobulinas residentes, para desenvolver a referida imunidade passiva. O consentimento dos pais para a pesquisa em crianças era um requisito para a admissão nesta instituição que tinha assentos limitados. O estudo que foi conduzido pelos Drs. Aliva Ziul e Amil Otsugua, era justificado como benéfico para estas crianças doentes, em razão da ajuda médica sem custo algum e benéfico para a

humanidade, por implicar novos conhecimentos sobre a evolução da doença. O estudo foi justificado, também, pela inevitabilidade do contágio, pela alta densidade de crianças doentes na escola e que era melhor para as crianças serem infectadas sob condições controladas e cuidadosa pesquisa, supervisionados por médicos de excelência.

- g. **O dilema do prisioneiro.** O dilema do prisioneiro é um problema assim denominado a partir da teoria dos jogos e é um exemplo claro, mas atípico, de um problema de soma não nula ou de soma diferente de zero, são aqueles que não respeitam as condições que caracterizam os jogos de soma nula, isto é, são aqueles cujo somatório dos pagamentos efetuados a todos os jogadores não é nulo. Um jogo de soma zero se refere a jogos em que o ganho de um jogador representa necessariamente a perda para o outro jogador. No dilema do prisioneiro, como em outros equivalentes, se supõe que cada jogador, de modo independente, busque aumentar ao máximo a sua própria vantagem sem lhe importar o resultado do outro jogador ou ainda que em detrimento da vantagem desse outro jogador. Mas, a partir da Teoria dos Jogos e o Equilíbrio de Nash, podemos observar que se cada jogador pode escolher trair o outro e não o faz porque, curiosamente, ambos os jogadores obteriam um melhor resultado se colaborassem. Mas, infelizmente, cada jogador ou prisioneiro é incentivado individualmente para defraudar o outro, ainda que um só tenha prometido colaborar. Lembremos que a polícia não tem provas suficientes para uma condenação. Este é o cerne da questão posta pelo dilema.

A cooperação, no dilema do prisioneiro, pode ser obtida por repetição, como um resultado de equilíbrio. Na repetição do jogo, se oferece a cada jogador a oportunidade de castigar o outro pela não cooperação em jogos anteriores. Assim, o incentivo para defraudar pode ser superado pela ameaça do castigo, o que conduz à cooperação, ao equilíbrio como proposto por Nash. Imaginemos: dois suspeitos, Aliva Ziul e Amil Otsugua, que são presos pela polícia. A polícia não tem provas suficientes para condená-los, mas, separando os prisioneiros, oferece a cada um o mesmo acordo. Ou seja, se um dos prisioneiros, confessando, testemunhar contra o outro e esse outro permanecer em silêncio, o que confessou sai livre enquanto o cúmplice silencioso cumpre 10 anos de prisão. Se ambos ficarem em silêncio, a polícia só poderá os condenar a 6 meses de prisão. Se ambos traírem o comparsa, cada um será condenado a 5 anos de prisão. Cada prisioneiro faz a sua decisão sem saber que decisão o outro vai tomar e nenhum tem certeza da decisão do outro. A questão que o dilema propõe, ainda, é a cooperação implicada com a repetição nos termos acima indicados.

O fato é que a vitória dos dois jogadores, quando analisada em conjunto, é a opção racional e, conseqüentemente, equilibrada. Entretanto, os jogadores carregam alguns problemas que contradizem essa opção. São eles: confiam no cúmplice e permanecem negando o crime, mesmo correndo o risco de serem colocados numa situação ainda pior, ou confessam e esperam ser libertados, apesar de que, se o outro fizer o mesmo, ficarão ambos numa situação pior do que se permanecessem calados? Vejamos a narrativa que ilustra o dilema dos prisioneiros:

Os prisioneiros, Aliva Ziul e Amil Otsugua, jazem em celas separadas do Departamento de Polícia de um lugar qualquer. Os agentes tentam fazer com que ambos confessem ter conspirado contra o estado. Um interrogador vai até a cela de Aliva Ziul, serve um copo de café, lhe dá um cigarro e, num tom de amizade sedutora, lhe propõe um acordo.

— Confesse o crime! — exorta ele. — Se o seu amigo, Amil Otsugua, na outra cela... Aliva Ziul protesta, alegando nunca ter visto antes essa pessoa que se encontra na outra cela. Mas o interrogador ignora a objeção e prossegue:

— Ainda melhor, então, se ele não é seu amigo; pois, como eu estava a dizer, se a senhora confessar e ele não, usaremos a sua confissão para prender Amil Otsugua por dez anos. A sua recompensa será a liberdade. Por outro lado, se for estúpida a ponto de se recusar a confessar e Amil Otsugua — aquele que não é seu amigo na cela ao lado — confessar, será a senhora a ir para a prisão por dez anos. E ele será libertado.

Aliva Ziul pensa na proposta durante algum tempo e percebe que a proposta pode não ter sido feita somente para ela até aquele momento. Por isso, para decidir, pergunta:

— E se confessarmos ambos?

Em resposta, o interrogador exorta mais uma vez:

— Uma vez que teremos a confissão de ambos e tendo em conta que estavam a tentar nos ajudar, ambos serão presos por cinco anos.

— E se nenhum de nós confessar? — Retruca Aliva Ziul.

Uma expressão de desdém perpassa o rosto do interrogador e Aliva Ziul receia que ele esteja prestes a golpeá-la. Mas o homem se controla e resmunga que, então, uma vez que não terão provas para a condenação, não poderão os manter preso por muito tempo. E acrescenta:

— Mas não desistimos facilmente. Ainda podemos mantê-los aqui, durante seis meses, para interrogatório, antes que os subversivos da Anistia Internacional consigam pressionar o governo para libertá-los. Portanto, pense no assunto: quer aquele que não é seu amigo na cela ao lado confesse, quer não, a senhora ficará melhor se confessar do que se não o fizer. E o meu colega está pronto a fazer, agora mesmo, a mesma proposta que faço aqui.

Aliva Ziul reflete sobre o que foi dito e compreende que o interrogador tem razão. Faça o que fizer Amil Otsugua, na outra cela, Aliva Ziul ficará melhor se confessar. Ou seja, se Amil Otsugua confessar, a escolha de Aliva Ziul é ou confessar e passar cinco anos na prisão, ou não confessar e passar dez anos na mesma prisão. Por outro lado, se Amil Otsugua não confessar, a sua escolha é ou confessar e sair livre, ou não confessar e passar seis meses na prisão. Portanto, parece que o melhor a fazer é confessar. Mas, então, lhe ocorre que Amil Otsugua está exatamente na mesma situação. Se, para Aliva Ziul é racional confessar, também será racional para Amil Otsugua confessar. Assim, passaremos ambos cinco anos na prisão. Por outro lado, se ninguém confessar, nós ficaremos livres dentro de seis meses. Como pode ser que a escolha que parece racional, para cada um dos dois, individualmente — ou seja, confessar — vos prejudique mais do que se decidissem não confessar? O que deve Aliva Ziul fazer?

- h. **Quanto vale ou é por quilo? A vida a qualquer custo ou quanto custa uma vida.** Aliva Ziul e Amil Otsugua cresceram juntos na Alemanha, na primeira metade do século XX. Eram os melhores amigos, apesar do facto da família de Aliva Ziul ser cristã e a de Amil Otsugua judaica. Durante muitos anos, a diferença religiosa não parecia constituir problema, mas, depois de Hitler ascender ao poder, a amizade e a diferença foram colocados à prova.

Hitler exigiu que os judeus usassem braçadeiras com a estrela de David e deu início à uma propaganda nazista que encorajava os seus seguidores, imbuídos

de uma nacionalismo alemão, a depredarem os bens dos judeus e os agredir mesmo em público e nas ruas. Começou, então, a prendê-los, deportá-los e por fim, exterminá-los. Mas isso não era, propriamente, noticiado. Circulavam, apenas, rumores de que os judeus estavam a ser exterminados em campos de concentração. Acolher ou esconder os judeus tão procurados pela Gestapo, a polícia de Hitler, era crime sério, não só por violar a lei do Estado Alemão, como, também, por constituir um atentado ao governo daquele país.

Uma noite, Aliva Ziul ouve bater à porta. Quando abriu, viu Amil Otsugua nos degraus, envolvido num casaco escuro a se debater contra o frio. De pronto, Amil Otsugua saltou para dentro. Ele havia saído com a família buscando refúgio ou alguém que os ajudasse. Mas, quando regressou sozinho para casa encontrou agentes da Gestapo que estavam à espreita. Toda a família, pais e irmãos, já tinham sido acolhidos por um padre alemão que decidiu, por sua própria conta e risco, os proteger da perseguição nazista. Mas não havia espaço para Amil Otsugua. Ele conta que a igreja possuía um quarto que ficava embaixo da sacristia. A comunicação da sacristia para este quarto se dava por uma passagem secreta. A primeira vista, parecia imperceptível, pois havia um tapete sobre a passagem. E quem imaginaria que um padre acolheria uma família de judeus? Conta, ainda, que o Padre, como uma pessoa íntegra e veraz, que não mentia em hipótese alguma, temia que, de alguma forma, alguém pudesse descobrir e delatar o que ele fazia. E fora da igreja, pode ver a Gestapo bater à porta. Ao abrir, perguntaram de pronto ao padre: tem judeus em sua igreja? Era muito arriscado ficar ali, próximo a tantos agentes da Gestapo. Por isso, não ficou para ver o desfecho de toda situação. Sabendo do seu destino, caso a Gestapo o apanhasse, Amil Otsugua correu para casa da sua velha amiga.

Aliva Ziul está, agora, diante de um dilema, ou seja: mandava Amil Otsugua embora (o que significaria entregá-lo à Gestapo e, conseqüentemente, deixá-lo a toda sorte, dado os rumores de que os judeus eram exterminados; ou, como fez o padre, acolhia Amil Otsugua (o que significaria pôr em risco a própria segurança bem como a segurança da própria família, dado que esconder judeus era considerado crime e atentado ao governo).

- i. **Fins e Meios: Contar ou não contar?** Aliva Ziul e Amil Otsugua eram grandes amigos. E por conta dessa amizade, foram juntos ao shopping fazer compras. Aliva Ziul experimentou um suéter e, para a surpresa de Amil Otsugua que estava a flertar com a vendedora, saiu da loja usando o suéter por baixo do casaco. No momento seguinte, o segurança da loja parou Amil Otsugua e insistiu com ele para que dissesse o nome e o paradeiro da moça que havia saído da loja. A gerente da loja se aproxima rapidamente e o segurança afirma que havia visto os dois juntos e estava seguro de que a moça havia saído levando, sem pagar, o suéter por baixo do casaco. A gerente da loja diz para Amil Otsugua: – Venha! Vamos! Seja honesto. Caso contrário, você poderá se meter em sérios apuros se não nos der o nome e o paradeiro da moça que havia saído da loja.
- j. **Autonomia do Idoso.** Aliva Ziul com 82 anos de idade, lúcido e ativo, reclama, para o filho Amil Otsugua, de “desconfortos” que estão atrapalhando sua rotina de anos – que incluía uma alimentação saudável e longas caminhadas. Aliva Ziul explica que já não conta com o mesmo apetite de antes e que, após as refeições,

apresenta queimação e inchaço no abdome. Além disso, se sente mais cansado que o normal.

No início, Amil Otsugua não dá muita atenção às queixas do pai, pois Aliva Ziul sempre foi tido como hipocondríaco – comportamento agravado em decorrência da idade e pelo fato de o próprio pai haver morrido de câncer.

Amil Otsugua começa a se preocupar, ao notar perda de peso e deterioração progressiva da saúde do pai: a canseira se transformara em fadiga crônica e o vômito com um pouco de sangue passara a ser frequente depois de se alimentar.

Acompanhado por Amil Otsugua, Aliva Ziul consulta um médico e é submetido a uma endoscopia digestiva e outros exames que indicam câncer avançado no estômago. Amil Otsugua procura saber o resultado dos exames. Sem chances de recuperação, o médico informa à Amil Otsugua que a quimioterapia poderia auxiliar por alguns poucos meses, mas, não mais do que seis. Amil Otsugua implora que a gravidade do diagnóstico não seja revelada ao pai, cuja vida pode ser abreviada em razão de conhecer bem as consequências de tal diagnóstico. Sugere, então, que os sintomas sejam atribuídos a uma gastrite.

O médico, baseado no princípio da Autonomia (de quem?), deve acatar o pedido de Aliva Ziul, ou explicar ao paciente a gravidade do diagnóstico? Comunicar a um parente o diagnóstico de um paciente, antes de comunicar ao próprio paciente, é uma conduta aceitável?

Um idoso capaz deve, obrigatoriamente, ser informado sobre o diagnóstico de doença terminal?

- k. **Gêmeo do bem e gêmeo do mal.** Um médico, em um programa, do Ministério da Justiça, de proteção aos índios no extremo norte do Brasil, encaminha uma índia, que deu a luz à gêmeos univitelinos, à clínica responsável pelo atendimento de urgência aos índios, solicitando que oculte da mãe um dos bebês e o encaminhe para adoção fora da reserva. Pois, de acordo com a cultura local, o infanticídio por asfixia, afogamento ou traumatismo craniano direto é a solução dada para exterminar o gêmeo considerado “do mal”. Nesse caso, o direito a vida é reservado gêmeo tido como o “do bem”.

Alguns meses antes, o médico internara a mãe e os gêmeos prematuros a que tinha dado a luz, uma vez que para o menor havia risco de morte. Um mês depois do nascimento e da internação, ao saber que estavam fora de perigo, a mãe tentou eliminar o gêmeo menor que estava no berçário. A enfermagem encontrou o bebê imóvel e com sangramento generalizado pelo ânus, olhos, boca e equimoses em todo o corpo. Assustado, o médico solicitou que a mulher fosse afastada da clínica, omitindo o fato de que filho sobrevivera depois de cuidados intensivos. A mãe, assim que soube que o gêmeo menor ainda vivia, matou o gêmeo que estava em seu poder. Hoje, o gêmeo menor tem cinco anos e mora com a avó materna. A criança não apresenta sequelas físicas, mas é rejeitada por todos os integrantes da tribo. O que ganha do programa de proteção ao índio é tomado pelos demais e se alimenta de restos.

O que podemos dizer sobre ser ou não ser adequado, aos médicos, adaptar condutas a circunstâncias, com base em sua própria orientação cultural, ainda que contra a vontade do paciente? Suponhamos que o médico decidisse interferir na cultura indígena, em benefício da (s) criança (s). Seria o mesmo raciocínio a ser formulado em relação a eventual intervenção em filhos de Testemunhas de Jeová?

1. **O dilema do bonde.** É a hipótese de um bonde que desce os trilhos, desgovernado. Cinco trabalhadores estão fazendo consertos mais abaixo nos trilhos, e você, que não é um mero espectador, rapidamente percebe que todos serão mortos pelo bonde. Mas, você percebe também que há um mecanismo de segurança que você pode ativar. E, ao fazê-lo, isso desviará o bonde para um trilho paralelo, onde um único trabalhador será morto. O que devemos fazer? Muitos não hesitariam em ativar o mecanismo em razão de que a morte de uma pessoa é justificada pela vida de cinco.

No entanto, consideremos a mesma hipótese de um bonde que desce os trilhos, desgovernado. Nesse caso, ainda temos cinco trabalhadores que estão fazendo consertos mais abaixo nos trilhos, e você, que não é um mero espectador, rapidamente percebe que todos serão mortos pelo bonde. Mas, você que está em uma passarela percebe também que há um uma pessoa obesa e feia no parapeito dessa passarela. Nesse caso, se você a empurrar para fora da passarela que atravessa os trilhos por cima, o peso e a feiura seriam suficientes para deter o bonde e salvar os cinco trabalhadores. O que devemos fazer? Será que muitos ainda não hesitariam em empurrar a pessoa obesa e feia, em razão de que a morte de uma pessoa é justificada pela vida de cinco?

- m. **O Mentiroso.** Um homem diz: “Eu estou mentindo”. Se ele estiver mentindo, então o que ele diz é verdade e, portanto, ele não está mentindo; se ele não estiver mentindo, então o que ele diz é verdade e, portanto, ele está mentindo. Logo, ele está mentindo é “equivalente” a ele não está mentindo. O Paradoxo do Cretense, conhecido na antiguidade, é semelhante ao Paradoxo do Mentiroso. O filósofo cretense Epimênides disse: “Todo cretense é mentiroso”. Se o que Epimênides disse é verdade, então, como ele é um cretense, é falso o que ele disse e, portanto, existe um cretense que não é mentiroso. Logo, se todo cretense é mentiroso, então existe um cretense que não é mentiroso. Como o raciocínio acima não é logicamente impossível, o Paradoxo de Epimênides não é um paradoxo genuíno.
- n. **Autológico contrário a heterológico.** Um adjetivo é chamado autológico se a propriedade por ele denotada se verifica para ele próprio; é chamado heterológico, em caso contrário. Como exemplo, temos o adjetivo “polissilábico”, que é autológico; e o adjetivo “monossilábico”, que é heterológico. Consideremos o adjetivo “heterológico”. Se ele for heterológico, então ele não é heterológico; se ele não for heterológico, então ele é heterológico. Ou seja, “heterológico” ser heterológico é “equivalente” a não ser heterológico.
- o. **O Barbeiro.** Em uma cidade vive um barbeiro que barbeia aqueles habitantes e apenas aqueles que não se barbeiam a si mesmos. Observamos que, se o barbeiro se barbeia a si mesmo, então ele não se barbeia a si mesmo. E vice-versa.
- p. **Verso e Anverso.** Pegue uma folha de papel. Em um lado, escreva: A sentença do outro lado do papel é falsa. No outro, escreva: A sentença do outro lado é verdadeira; Pegue outra folha de papel. Em um lado escreva: Deus existe! E a sentença do outro lado deste papel é verdadeira. No outro lado escreva: Deus não existe! E a sentença do outro lado é falsa. Deus existe?; Pegue outra folha de papel. Em um lado escreva: Deus existe! E a sentença do outro lado deste papel é falsa. No outro lado escreva: Deus não existe! E a sentença do outro lado é verdadeira.

Deus existe?; Pegue outra folha de papel. Em um lado escreva: Deus existe! E a sentença [Deus não existe] do outro lado deste papel é verdadeira. No outro lado escreva: Deus não existe! E a sentença [Deus existe] do outro lado é falsa. Deus existe?; Pegue outra folha de papel. Em um lado escreva: Deus existe! E a sentença [Deus não existe] do outro lado deste papel é falsa. No outro lado escreva: Deus não existe! E a sentença [Deus existe] do outro lado é verdadeira. Deus existe?

O dilema está implicado com o argumento que coloca o adversário entre duas proposições opostas, contrárias ou contraditórias. Nesse caso, pode dar conotação a uma situação que é embaraçosa quando estão implicadas duas saídas difíceis ou penosas. Qualquer que seja a situação em que, simultaneamente, o agente tem o dever moral de adotar cada uma das duas alternativas, nenhum dever moral é preterido em termos moralmente relevantes, o agente não pode adotar conjuntamente as duas alternativas e o agente pode adotar separadamente qualquer das duas alternativas. Um dos dilemas mais conhecidos da literatura universal é, sem dúvida alguma, o vivido por Hamlet, ato III, cena 1, de William Shakespeare. Hamlet, em sua reflexão sobre destino que se lhe apresenta ante o quadro geral de corrupção no Estado e as pessoas que o cercam:

HAMLET – Ser ou não ser... Eis a questão. Que é mais nobre para a alma: suportar os dardos e arremessos do fado sempre adverso, ou armar-se contra um mar de desventuras e dar-lhes fim tentando resistir-lhes? Morrer... dormir... mais nada... Imaginar que um sono põe remate aos sofrimentos do coração e ao golpes infinitos que constituem a natural herança da carne, é solução para almejar-se. Morrer..., dormir... dormir... Talvez sonhar... É aí que bate o ponto. O não sabermos que sonhos poderá trazer o sono da morte, quando enfim desenrolarmos toda a meada mortal, nos põe suspensos. É essa ideia que torna verdadeira calamidade a vida assim tão longa! Pois quem suportaria o escárnio e os golpes do mundo, as injustiças dos mais fortes, os maus-tratos dos tolos, a agonia do amor não retribuído, as leis amorosas, a implicância dos chefes e o desprezo da inépcia contra o mérito paciente, se estivesse em suas mãos obter sossego com um punhal? Que fardos levaria nesta vida cansada, a suar, gemendo, se não por temer algo após a morte – terra desconhecida de cujo âmbito jamais ninguém voltou – que nos inibe a vontade, fazendo que aceitemos os males conhecidos, sem buscarmos refúgio noutros male ignorados? De todos faz covardes a consciência. Desta arte o natural frescor de nossa resolução definha sob a máscara do pensamento, e empresas momentosas se desviam da meta diante dessas reflexões, e até o nome de ação perdem. Mas, silêncio! Aí vem vindo Ofélia. Em tuas orações, ninfa, recorda-te de meus pecados. (SHAKESPEARE, 1603, p. 81-82).

Mas, no que diz respeito aos valores e o seu caráter abstrato, lembramos que a Ética, em um determinado sentido, como parte da Filosofia que estuda os fundamentos da moral, se sobrepõe a todo e qualquer conjunto de regras de conduta. E, como não há uma resposta absolutamente correta ou verdadeira, é sustentável a assertiva de que não existem normas acabadas ou regras definitivamente consagradas. Nesse sentido, podemos observar

a Ética implicada com o paradoxo que, nominado de o "gato de Schrödinger" ou princípio da incerteza, decorre de um célebre experimento imaginário proposto pelo físico Erwin Schrödinger, em 1937, para ilustrar as diferenças entre interação e medida no campo da mecânica quântica.

O paradoxo ou princípio da incerteza diz respeito à dificuldade que temos em observar e medir o comportamento das partículas subatômicas. Ou seja, certas substâncias radioativas têm exatamente 50% (cinquenta por cento) de probabilidade de emitir radiação no período de uma hora. E o estado dessa substância, depois de uma hora de iniciada a medição, pode ser descrito através de uma equação matemática que expressa essa dupla possibilidade, este ser-ou-não-ser, este haver-ou-não-haver radiação. Para ilustrar o experimento, Erwin Schrödinger sugeriu que puséssemos um gato vivo numa caixa fechada com um mecanismo que desencadeasse a emissão de radioatividade e que pudesse matar o gato. Uma hora depois, a equação matemática que descreve o experimento diz que, dentro da caixa, há um gato morto e um gato vivo. Ambas as possibilidades são equivalentes enquanto não abrimos a caixa, mas, se o fizermos, de modo que possamos constatar o que aconteceu, faremos com que uma das possibilidades se concretize e a outra se evapore. E enquanto a caixa não for aberta (enquanto o observador não interferir com o fenômeno observado) é preciso lidar com a dúvida ou com a verdade de duas assertivas contrárias, ou seja, a verdade de que dentro da caixa temos um gato que está morto e um gato que não está morto ou um gato que está vivo e um gato que não está vivo. (PERUZZO, 2014).

O experimento que ilustra o paradoxo ou princípio da incerteza é um exemplo do curioso mundo da Física Quântica e análogo à Ética, pois, não existe uma realidade, mas, sim, probabilidade. E nós mesmos ou a nossa interferência é a causa, não necessária, que faz com que essas probabilidades se dissipem quando nos inclinamos para uma ou outra direção, mas nisso temos um momento quântico. Ou seja, duas probabilidades inconciliáveis, naquele instante, são absolutamente possíveis e estão coexistindo no mesmo espaço físico. Dentro de alguns segundos, uma delas será real, a outra desaparecerá para sempre. É assim o mundo da matéria ou em qualquer outro mundo. Cada vez que observamos algo, fazemos com que uma coisa “tenha acontecido”, e todas as outras probabilidades “tenham deixado de acontecer”.

Nesse sentido, a assertiva de Gribbin (1984, p. 203-205) aponta para:

O famoso paradoxo do gato foi publicado pela primeira vez em versão impressa (Naturwissenschaften, vol. 23 página 812) em 1935, mesmo ano em que foi publicado o papel EPR. Einstein viu na proposta de Schrödinger uma forma "mais bonita" para mostrar que a representação de onda de matéria é uma representação incompleta da realidade, e em conjunto com o argumento EPR o paradoxo do gato é ainda hoje discutido na teoria quântica. Ao contrário do argumento EPR, no entanto, não foi resolvida a contento de todos.

E o conceito por trás deste experimento é muito simples. Schrödinger sugeriu que imaginamos uma caixa que contém umas partículas radioativas (e um contador Geiger, talvez), um frasco de vidro contendo um veneno, como o cianeto, e um gato ao vivo. Um aparelho na caixa é arranjado para que o detector seja ligado por tempo suficiente para que haja uma hipótese de que um dos átomos no material radioativo irá decair e que o detector vai gravar uma partícula. Se o detector registrar tais eventos, o recipiente de vidro é esmagado pelo mecanismo que é ativa e o gato morre; Se não houver registro, o gato vive. Não temos uma forma de saber o resultado do experimento até abrirmos a caixa de olhar para dentro; decaimento radioativo ocorre totalmente por acaso e é imprevisível, exceto em um sentido estatístico. De acordo com a interpretação estrita de Copenhague, assim como no experimento de dois furos, há uma probabilidade igual em que o elétron atravessa qualquer dos dois furos, e se as duas possibilidades de sobreposição produzem uma superposição de Estados, então, neste caso, as probabilidades iguais de decaimento radioativo e nenhum decaimento radioativo devem produzir uma superposição de Estados. Todo o experimento, gato e tudo, é governado pela regra de que a superposição é "real" até que olhamos para o experimento, e que somente no instante da observação é que a função de onda entra em colapso em um dos dois Estados. Até que olhamos para dentro, há uma amostra radioativa que tem tanto deteriorado e não deteriorado, um frasco de vidro na posição que não é quebrado nem intacto, e um gato que é morto e vivo, nem vivo e nem morto.<sup>4</sup>

Um experimento imaginário proposto por Erwin Schrödinger, em 1937, para ilustrar as diferenças entre interação e medida no campo da mecânica quântica, deu origem ao paradoxo nominado o "gato de Schrödinger". O "princípio da incerteza" implicado com esse experimento diz respeito à nossa dificuldade em observar e medir o comportamento das partículas subatômicas. O experimento, proposto por Schrödinger, consiste no fato de

---

<sup>4</sup> The famous cat paradox first appeared in print (Naturwissenschaften, vol 23 page 812) in 1935, the same year as the EPR paper. Einstein saw Schrödinger's proposal as the "prettiest way" to show that the wave representation of matter is an incomplete representation of reality, and together with the EPR argument the cat paradox is still discussed in quantum theory today. Unlike the EPR argument, however, it has not been resolved to everyone's satisfaction.

Yet the concept behind this thought experiment is very simple. Schrödinger suggested that we should imagine a box that contains a radioactive particles (a Geiger counter, perhaps), a glass bottle containing a poison such as cyanide, and a live cat. The apparatus in the box is arranged so that the detector is switched on for just long enough so that there is a fifty-fifty chance that one of the atoms in the radioactive material will decay and that the detector will record a particle. If the detector does record such an event, then the glass container is crushed and the cat dies; if not, the cat lives. We have no way of knowing the outcome of this experiment until we open the box to look inside; radioactive decay occurs entirely by chance and is unpredictable except in a statistical sense. According to the strict Copenhagen interpretation, just as in the two-hole experiment there is an equal probability that the electron goes through either hole, and the two overlapping possibilities produce a superposition of states, so in this case the equal probabilities for radioactive decay and no radioactive decay should produce a superposition of states. The whole experiment, cat and all, is governed by the rule that the superposition is "real" until we look at the experiment, and that only at the instant of observation does the wave function collapse into one of the two states. Until we look inside, there is a radioactive sample that has both decayed and not decayed, a glass vessel of position that is neither broken nor unbroken, and a cat that is both dead and alive, neither alive nor dead. (GRIBBIN, 1984, p. 203-205).

que certas substâncias radioativas têm exatamente 50% de probabilidade de emitir radiação no período de uma hora. E o estado dessas substâncias, depois de uma hora de iniciada a medição, pode ser descrito através de uma equação matemática que expressa essa possibilidade dupla, o ser-ou-não-ser, o haver-ou-não-haver radiação.

O experimento imaginário proposto por Erwin Schrödinger, a título de ilustração, sugere que ponhamos um gato vivo em uma caixa e a fechemos de modo que o gato possa respirar e de modo que a emissão radioativa desencadeada por um mecanismo no interior da caixa, pressupostamente, possa matar o gato. Passado o tempo de uma hora, uma equação matemática que descreve o experimento nos diz que o que há dentro da caixa é um gato que está simultaneamente vivo e morto, nem vivo e nem morto. Há uma equivalência entre as hipóteses apresentadas, mas, só ao abrirmos a caixa é que podemos dirimir a dúvida que, dado o caráter contrário das hipóteses, fazemos com que uma hipótese se concretize e a outra se dissipe. Assim, enquanto a caixa não for aberta (enquanto o observador não interferir com o fenômeno observado) é preciso ficar lidando com as hipóteses contrárias, ou seja, com o conceito de um gato que é simultaneamente vivo e morto, nem vivo e nem morto.

A paradoxo do “gato de Schrödinger” é um exemplo do curioso mundo da Física Quântica, no qual não existem realidades, e sim probabilidades, e é nossa interferência quem faz essas probabilidades se inclinarem numa ou noutra direção. Assim como ocorre com a ética e com os dilemas morais, implicados com o argumento que coloca o adversário entre duas proposições opostas, contrárias ou contraditórias, o paradoxo ou princípio da incerteza diz respeito à dificuldade que temos em observar e medir o comportamento humano. A equação matemática implicada com o gato ser, simultaneamente, vivo e morto ou nem vivo e nem morto demonstra dois universos contrários, contraditórios e mutuamente excludentes. Ou seja, um só gato e um só corpo não podem existir, vivo e morto, nem vivo e nem morto, ao mesmo tempo e no mesmo espaço que o outro.

Imaginemos por hipótese: um homem retesa o corpo e se põe a abrir a caixa. É um momento decisivo, pois, nesse exato momento em que ele se põe a abri-la, dependem dois resultados possíveis. Ao fazê-lo podemos encontrar ou o corpo de um gato vivo ou o corpo de um gato morto, mas, quando se põe a fazê-lo, sem ainda tê-lo feito, temos um corpo de um gato vivo e morto ou nem vivo e nem morto como uma possibilidade real.

É um momento quântico. Duas probabilidades inconciliáveis são, naquele instante, absolutamente possíveis, e estão coexistindo no mesmo espaço físico. Mas, ao abrir a

caixa, uma delas irá subsistir à outra, que desaparecerá. E assim o é, pois, todas as vezes que observamos algo contrário ou contraditório, fazemos com que um dos contrários ou contraditórios subsista em detrimento do outro que deixa de existir.

Podemos supor, ainda e por hipótese, que a abertura da caixa já tenha se dado, mas não sabemos o resultado. Temos apenas um disco de DVD com a gravação da abertura da caixa. E, assistindo-a, no momento decisivo eu desligo o aparelho para DVD. E, como em um experimento quântico, o fato já aconteceu, mas eu só posso saber o que aconteceu se olhar. E nisso consiste o que ressaltamos ser outro aspecto que nos impõe uma investigação mais precisa. Para tanto, passamos a considerar que havia duas câmeras acompanhando o abrir da caixa, uma posicionada à frente e outra atrás do homem que retesa o corpo e se põe a abrir a caixa. E devemos escolher uma das duas câmeras, quando ligar o DVD, para ver o desfecho da questão. Teoricamente, a questão que buscamos investigar já aconteceu, de modo que o resultado não pode ser mudado. Mas, nos experimentos, por hipótese ou em laboratório, o modo como você escolhe ver o resultado determina o que você vai ver “ter acontecido”. Se você escolhe uma das câmeras, o gato está vivo, mas, se escolhe a outra câmera, o gato está morto. E se indagarmos sobre o porquê dessa questão, respondemos não o saber e isso é o que faz da questão um paradoxo.

O universo parece ser assim. No mundo do infinitamente pequeno ou mesmo na ética. Quando realizamos um experimento com partículas subatômicas não podemos acompanhá-lo ao vivo, a cores e a distância, sem interferir. E interferindo, é como estivéssemos acrescentando bolas de bilhar para se chocar umas com as outras, pois, a energia necessária para observar as partículas interfere com elas. E seja qual for o modo que o homem escolha para observar o resultado, o tipo de observação (ou de medida) que decidimos fazer influencia o resultado. Assim, se olharmos de um modo, o gato está vivo, mas, se olhamos de outro, o gato está morto.

Cada decisão na Física ou na ética, em que dois resultados são igualmente possíveis, cria dois universos paralelos a partir dessas hipóteses possíveis e válidas. E ao escolhermos a maneira de observar o resultado, fazemos com que um desses universos subsista em detrimento do outro. Assim, o paradoxo do gato na caixa demonstra, no mundo do infinitamente pequeno ou mesmo na ética, o fato de que todas as vezes que observamos algo contrário ou contraditório, fazemos com que um dos contrários ou contraditórios subsista em detrimento do outro que deixa de existir.

Os dilemas, anexos e quaisquer que sejam eles, como no laboratório ou por hipóteses, demarcam o espaço em que podemos vislumbrar a ética como um eterno pensar, refletir, construir etc. Mas não esqueçamos que a misantropia pode tomar aspecto de caridade; deixar a vida aos outros, dar ou negar, fazer ou não fazer, para um misantropo, é realmente aborrecê-los. E, como o dilema de Hamlet, acima apresentado, outros dilemas, especialmente implicados com o estudo da moral, são apresentados, em anexo, como propostas para discussão.

## REFERÊNCIAS

SCHRÖDINGER Erwin. **Space-Time Structure**. New York, USA: Cambridge University Press, 1950.

GRIBBIN, John. **In Search of Schorödinger's Cat.: Quantum Physics and Reality**. New York, USA: Batam Book, 1984.

PERUZZO, Jucimar. **Física Quântica: conceitos e aplicações**. São Paulo: Editor: Jucimar Peruzzo, 2014.

SHAKESPEARE, William. **A Trágica História de Hamlet**. Príncipe de Dinamarca (1603). 2015. Tradutor Néelson Jahr Garcia. Site. [www.jahr.org](http://www.jahr.org). Disponível em: <http://biblioteca-online.net/ebooks/Shakespeare-Hamlet.pdf>. Acesso em: 01 set. 2015.